

AVISO Nº 3/2020

Torna-se público, nos termos do n.º 1 art.º 6.º do Decreto-lei n.º 166/2014, de 06/11, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10/04, conjugado com o art.º 3.º da Portaria n.º 114/2019, de 15/04, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso na página eletrónica da Câmara Municipal de Porto de Mós, as candidaturas ao procedimento de seleção de estagiários da 6.ª edição – 2.ª fase do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nos seguintes termos:

1. Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro - alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10 de abril; Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril - Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL); Declaração de Retificação n.º 20/2019, de 22 de abril - Retifica o 4.º parágrafo da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril; Portaria n.º 256/2014 - Fixa o montante mensal da bolsa de estágio no âmbito do programa PEPAL; Portaria n.º 142/2019, de 14 de maio - Fixa o número máximo de estágios no âmbito da segunda fase da 6.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL); Despacho n.º 8035/2019, de 11 de setembro - distribui pelas entidades promotoras o contingente de estágios da 6.ª edição - 2.ª fase do PEPAL.

2. Ofertas de estágios:

Tendo em conta os estágios atribuídos no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro, identificam-se de seguida as ofertas de estágios:

Ref.ª	Designação da Licenciatura	Local de Estágio	Nº estagiários
A	Licenciatura em Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica ou Engenharia Eletromecânica	Divisão de Obras Públicas, Serviços Municipais e Ambiente	1
B	Licenciatura em Direito	Gabinete de Apoio Jurídico	1
C	Licenciatura em Contabilidade, Gestão, Economia ou Administração Pública	Divisão Financeira de Recursos Humanos e Gestão Administrativa – SO Contabilidade	1
D	Licenciatura em Geografia	Divisão de Planeamento e Licenciamento Urbano – Planeamento	1

3. Planos dos estágios:

Os planos de estágio apresentam-se em anexo.

4. Destinatários:

Para além das habilitações académicas descritas no ponto 2 deste aviso, os candidatos devem preencher os seguintes requisitos:



A. Tenham até 30 anos de idade, inclusive, ou até 35 anos se forem portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, ambas aferidas à data de início do estágio;

B. Estejam inscritos nos serviços de emprego do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP, I.P.), na qualidade de desempregados.

5. Candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade superior a 60%:

Não estão atribuídos a esta entidade lugares de estágio reservados a deficientes, no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro.

Nos termos do n.º 5 do artigo 9.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril, os candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% têm preferência em caso de igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

6. Local de realização dos estágios:

Município de Porto de Mós

7. Duração dos estágios:

12 Meses não prorrogáveis.

8. Remuneração e outros apoios:

- Bolsa de formação mensal de montante correspondente a:
Estagiário nível 6 – 719,00€
- Subsídio de refeição de valor correspondente ao praticado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas (4,77€/ dia útil);
- Seguro que cubra os riscos de eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das atividades do estágio.

9. Formalização de candidaturas

As candidaturas são formalizadas através do preenchimento do formulário do nível de qualificação de que o candidato é detentor, disponível no Portal Autárquico (www.portalautarquico.dgal.gov.pt) e também no sítio da Internet desta entidade www.municipio-portodemos.pt, sob pena de exclusão.

9.1. A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada de Curriculum Vitae detalhado e, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos, dentro do prazo estipulado para o efeito:

- a) Declaração da Segurança Social da qual conste o registo de remunerações do candidato, ou da sua não existência;
- b) Cópia do certificado de habilitações (licenciatura) onde conste a respetiva classificação;
- c) Cópia do certificado de mestrado ou doutoramento, se aplicável;
- d) Cópia dos certificados de formação profissional onde conste o respetivo número de horas ou, no caso de ações de muito curta duração como seminários e afins, a data de realização, se aplicável;
- e) Cópia dos comprovativos da experiência profissional, se aplicável;
- f) Cópia de comprovativo da incapacidade igual ou superior a 60 %, quando aplicável;

Cofinanciado por:

9.2. As candidaturas deverão referir expressamente a referência de estágio a que se candidata, não sendo consideradas as candidaturas que não a identifiquem corretamente. No caso de se candidatar a mais de que um estágio, deverá proceder à formalização de uma candidatura para cada um dos estágios;

9.3. As candidaturas deverão ser dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, podendo ser entregues pessoalmente até às 17.30 horas na SO Recursos Humanos, sita no edifício do Paços do concelho, praça da república, 2484-001 - Porto de Mós, ou remetidas por correio, sob registo e com aviso de receção, para o endereço referido, até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas ou remetidas por correio eletrónico para pepsoal@municipio-portodemos.pt, acompanhado do formulário de candidatura devidamente preenchido e documentos comprovativos digitalizados.

9.4. Nos termos do n.º 4 do art.º 4.º da Portaria n.º 114/2019, a prestação de informações falsas determina a exclusão de qualquer edição do PEPAL, bem como de qualquer programa de estágios profissionais financiados pelo Estado. Mais se acrescenta, que de acordo com o n.º 7 do art.º 6.º, a não comprovação dos requisitos bem como da informação complementar solicitada, nos termos do ponto 9.1. do presente aviso, constitui motivo de exclusão da edição do PEPAL.

10. Prazo de formalização da candidatura:

As candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 dias úteis seguintes à publicitação do presente aviso na página eletrónica da Câmara Municipal do Porto de Mós.

11. Seleção de estagiários - Critérios de ponderação dos métodos de seleção:

Os métodos de seleção a utilizar serão a Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Individual (EI).

11.1. Avaliação Curricular (AC):

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação dos fatores dispostos no n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril:

- Habilitação Académica – HA;
- Classificação final obtida - CFO;
- Formação Profissional – FP;
- Experiência Profissional – EP

E de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HA + CFO + FP + EP) / 4$$

Em que:

Habilitação Académica (HA):

Habilitação Académica exigida à candidatura — 18 valores;

Habilitação Académica superior à legalmente exigida - 20 valores

Classificação final obtida (CFO):

Cofinanciado por:



Será considerada a classificação final obtida na licenciatura que habilita o candidato para o estágio, numa escala de 0 a 20 valores.

Formação Profissional (FP):

Apenas será considerada a formação profissional que respeite as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área de estágio. Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

Formação Profissional:	Valor
Sem ações de formação frequentadas ou não relacionadas com a área.	10
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, até 50 horas	15
Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, superiores a 50 horas	20

Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação. Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da ação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a seis horas e cada semana a cinco dias.

Experiência Profissional (EP):

Pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para os estágios em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas pelo candidato e a área do estágio. Apenas será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento em funções inerentes à área de estágio, que se encontre devidamente comprovado:

- Sem Experiência – 10 valores
- Experiência inferior a 1 ano – 12 valores;
- Experiência igual a 1 ano e inferior a 2 anos – 16 valores;
- Experiência superior a 2 anos – 20 valores.

11.2. Entrevista Individual (EI):

Visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, valorando-se cada um dos parâmetros a seguir identificados, sendo o resultado final obtido através de média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da soma das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

- A. Perfil para a função;
- B. Conhecimento da função;
- C. Capacidade de expressão, argumentação e fluência verbais;
- D. Motivação E Interesse

E de acordo com a seguinte fórmula:

Cofinanciado por:

$$EI = \frac{A + B + C + D}{4}, \text{ em que:}$$

Em que:

Perfil para a função: Neste item procurar-se-á analisar o perfil do candidato no que respeita à sua capacidade de análise dos problemas, atitude resolutive, bem como ao seu sentido profissional para o estágio:

- Demonstrou elevado perfil para a função – 20 valores;
- Demonstrou bom perfil para a função – 16 valores;
- Demonstrou satisfatório perfil para a função – 12 valores;
- Demonstrou reduzido perfil para a função – 8 valores;
- Não demonstrou possuir perfil para a função – 4 valores.

Conhecimento da função: Considerar-se-á neste item o conhecimento das funções de acordo com o plano de estágio.

- Demonstrou possuir elevado conhecimento da função – 20 valores;
- Demonstrou possuir bom conhecimento da função – 16 valores;
- Demonstrou possuir satisfatório conhecimento da função – 12 valores;
- Demonstrou possuir reduzido conhecimento da função – 8 valores;
- Demonstrou possuir insuficiente conhecimento da função – 4 valores.

Capacidade de expressão, argumentação e fluência verbais: Considerar-se-á neste item a capacidade de expressão, argumentação e fluência verbais

- Clareza e profundidade de ideias e rapidez de raciocínio. Grande capacidade de elaboração – 20 valores;
- Pertinência das ideias expostas. Boa capacidade de percepção – 16 valores;
- Razoável raciocínio. Razoável capacidade de percepção – 12 valores;
- Raciocínio pouco claro. Reserva e constrangimento – 8 valores;
- Raciocínio confuso. Perturbação e insegurança – 4 valores.

Motivação e interesse: Será avaliada o grau de motivação e interesse para a função.

- Demonstrou possuir elevada motivação e interesse para a função – 20 valores;
- Demonstrou possuir boa motivação e interesse para a função – 16 valores;
- Demonstrou possuir satisfatória motivação e interesse para a função – 12 valores;
- Demonstrou possuir reduzida motivação e interesse para a função – 8 valores;
- Demonstrou possuir insuficiente motivação e interesse para a função – 4 valores.

11.3. Classificação Final:

Cofinanciado por:

A classificação final será expressa de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = AC (40\%) + EI (60\%)$$

É excluído do procedimento de avaliação o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer um dos métodos de seleção.

11.4. Preferência aos candidatos residentes na área do Município:

Em situações de igualdade de valoração, têm preferência os candidatos sucessivamente:

- a) Residentes na área do Município de Porto de Mós;
- b) Média obtida na Licenciatura.

12. Prazo de validade do procedimento:

Os procedimentos para o preenchimento dos lugares de estágio cessam, para este efeito, 30 dias após o início dos respetivos estágios.

13. Constituição do Júri:

REF^o A

Presidente:	José Fernandes
Vogais efetivos:	Marina Maria Pires Vala Marina do Carmo Carreira
Vogais suplentes:	Patrícia Alexandra Vala Carreira Nuno Miguel Moleiro Oliveira

ORIENTADOR DE ESTÁGIO: José Fernandes

REF^o B

Presidente:	Cláudia Sofia da Silva Fino
Vogais efetivos:	Rogério Paulo Fernandes Nunes Marco Aurélio Carreira Amaro
Vogais suplentes:	Paula Cristina Batista Carvalho Chareca Maria Cristina Silva Gonçalves

ORIENTADOR DE ESTÁGIO: Cláudia Sofia da Silva Fino

REF^o C

Presidente:	Rogério Paulo Fernandes Nunes
Vogais efetivos:	Vânia de Matos Baptista Sandra Sofia Vale da Serra Duarte
Vogais suplentes:	Marco Aurélio Carreira Amaro Lucília Maria da Ascensão Gomes

ORIENTADOR DE ESTÁGIO: Rogério Paulo Fernandes Nunes

REFª D

Presidente: Ester Maria Assis de Macedo Vieira
Vogais efetivos: Helena Isabel Fonseca de Oliveira
Vitor Miguel Soutinho de Carvalho
Vogais suplentes: Ana Maria Ferreira Carreira
Rui Fernando da Silva Neto Rodrigues
Girão

ORIENTADOR DE ESTÁGIO: Ester Maria Assis de Macedo Vieira

14. Notificações dos procedimentos de recrutamento e seleção:

Todas as notificações serão efetuadas para o endereço de correio eletrónico indicado no curriculum vitae e através da página eletrónica do município de Porto De Mós, em www.municipio-portodemos.pt

Porto De Mós, 14 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


José Jorge Couto Vala



ANEXO:

A – LICENCIATURA EM ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA ELETROTÉCNICA OU ENGENHARIA ELETROMECCÂNICA

OBJETIVO:

Proporcionar experiência prática em contexto laboral, na administração pública local, nomeadamente no acompanhamento de obras públicas, apoio na elaboração de projetos de obras públicas e sua verificação quando executado por entidades externas.

PLANO:

Destacam-se as seguintes tarefas de estágio:

- Apoio à fiscalização de obras públicas desenvolvidas pelo Município ou por outras entidades apoiadas pelo Município.
- Efetuar o levantamento de edifícios, equipamentos e outras construções municipais, com identificação das necessidades ao nível da manutenção preventiva e/ou corretiva;
- Controlo de inspeção de pescado;
- Preparação de cadastro das redes de águas e saneamento do concelho, em articulação com outros serviços e eventual apoio de empresa externa;
- Apoio e acompanhamento de obras realizadas pelo município por administração direta, com a realização de relatórios mensais.

B - LICENCIATURA EM DIREITO

OBJETIVO:

Proporcionar experiência prática em contexto laboral, na administração pública local, nomeadamente em aprofundar conhecimentos jurídicos e a prática da consulta e assessoria jurídicas no contexto da administração local autárquica.

PLANO:

Destacam-se as seguintes tarefas de estágio:

- Estudo da legislação em vigor e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo gabinete jurídico do Município;
- Estudo da produção jurídica, com vista à sua harmonização, padronização e divulgação junto das diferentes unidades orgânicas do Município;
- Elaboração de pareceres e informações jurídicas, estudos e outros trabalhos de natureza jurídica com vista ao desenvolvimento técnico e à realização da função jurídica no Município;
- Elaboração de protocolos, propostas de deliberação, alterações regulamentares, contratos e demais instrumentos normativos;
- Elaboração de propostas legislativas ou outras atuações com vista à adequação e eficácia normativa;
- Colaborar na instrução de processos de contraordenação;

- Organizar processos para o Tribunal de Contas;
- Organizar o processo de aquisição e venda de imóveis do Município

C - LICENCIATURA EM CONTABILIDADE, GESTÃO, FINANÇAS, ECONOMIA OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVO:

Proporcionar experiência prática em contexto laboral, na administração pública local, nomeadamente no contacto com conhecimento e desenvolvimento de ferramentas financeiras, nomeadamente com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a transição para o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública.

PLANO:

Destacam-se as seguintes tarefas de estágio:

- Desenvolver competências técnicas ao nível dos processos de gestão, da análise e avaliação das políticas públicas;
- Tramitação processual das fases de despesa pública;
- Apoio na elaboração do orçamento;
- Realização dos relatórios mensais de atividades e controlo de execução do plano de atividades;
- Controlo, através do respetivo programa de inventário e cadastro, do imobilizado do Município;
- Apoiar a realização da revisão do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas com controlo das atividades planeadas, previsão de novas ações, e identificação/validação das áreas de risco com as respetivas quantificações e medidas preventivas;
- Apoiar a elaboração dos documentos de prestação de contas;
- Apoiar na remessa de documentação contabilística para o Revisor Oficial de Contas do Município.

D - LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

OBJETIVO:

Proporcionar experiência prática em contexto laboral, na administração pública local, nomeadamente no apoio ao Gabinete de Planeamento.

PLANO:

Destacam-se as seguintes tarefas de estágio:

- Apoio na georreferenciação de processos, carregamento e análise de dados estatísticos;
- Apoio na elaboração e outras dinâmicas dos instrumentos de gestão territorial;
- Apoio nos processos de reabilitação urbana;

